

A centralidade da FIERGS no processo de formação da classe industrial gaúcha nos anos noventa

*Andrius Estevam Noronha¹
Marco André Cadoná²*

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou as relações entre a chamada burguesia industrial do Rio Grande do Sul e o governo deste Estado no período em que ele foi governado por forças políticas e sociais durante o qual as forças burguesas se apresentavam como francamente de oposição. O estudo pretende analisar os conflitos que emergiram no final dos anos 90 entre a burguesia industrial com sua política de desenvolvimento representada pela FIERGS e o projeto de desenvolvimento implementado pelo PT e representado pela administração Olívio Dutra, com uma atenção específica para o caso FORD.

Palavras-chave: Burguesia industrial, FIERGS, Governo Olívio Dutra, caso FORD.

ABSTRACT

FIERGS ROLE IN THE PROCESS OF THE RIO GRANDE DO SUL INDUSTRIAL CLASS FORMATION IN THE NINETIES - This article presents the outcomes of a research that has investigated the relations between the so-called industrial bourgeoisie of Rio Grande do Sul and the State government during the period the State was ruled by social and political forces to which the bourgeois forces opposed directly. The study aims at analyzing the conflicts that came up in the late 1990's between the industrial bourgeois and its policy of economic development represented by FIERGS and the development project implemented by the Labor Party represented by Olívio Dutra's Administration, with a particular focus on the FORD affair.

Keywords: Industrial bourgeoisie, FIERGS, Olívio Dutra Government, FORD affair.

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional (Bolsista CAPES) – Universidade de Santa Cruz do Sul.
² Doutorando em Sociologia – Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Departamento de Ciências Humanas, na Universidade de Santa Cruz do Sul.

Entre as características marcantes do comportamento político da burguesia industrial gaúcha, a partir da “abertura democrática” (1985), estão, sem dúvida, o processo de identificação de seus interesses econômicos, políticos e ideológicos num cenário de redemocratização e de reestruturação da economia (em nível mundial), a percepção da necessidade de uma consistente atuação política em defesa de seus interesses de classe e, em decorrência, sua presença mais marcante junto às esferas de decisão existentes na sociedade (tanto em nível de estado quanto em nível de sociedade civil). Nesse processo, de formação de classe da burguesia industrial gaúcha, é preciso destacar a importância de sua entidade maior de representação, a FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul.

A transição política no Brasil, mesmo que tenha ocorrido de forma “controlada”, recolocou a questão da estrutura de poder, agora mais aberta à participação e à disputa (através de eleições, por exemplo) pelo poder decisório e pela formulação das diretrizes governamentais.

Essas mudanças intensificaram as expectativas – em especial dos setores populares – de uma participação política mais direta na definição das pautas políticas e econômicas do novo período que se iniciou. Os setores mais organizados da população – movimento sindical, movimentos populares, etc. – tiveram uma participação muito ativa – desde o final da década de 1970 – no processo de “abertura democrática” e na discussão do novo período que se iniciou em 1985, com a saída dos militares do governo. Exemplo disso foi dado na campanha pelas “Diretas-Já”, em 1984, resultado de um longo processo de lutas destas forças pela democratização do País.

O novo contexto político originado no processo de “abertura democrática” no Brasil obrigou a burguesia a uma participação mais ativa e de forma mais organizada na vida política do País, principalmente tendo em vista que, grande parte das reivindicações dos movimentos populares e de trabalhadores, se contrapunha diretamente aos seus interesses de classe. No caso da burguesia industrial gaúcha, essa “nova” postura política encontrou na FIERGS, já a partir daquele período, um centro irradiador de conscientização, de mobilização e de organização de lutas em defesa de seus interesses de classe. As mobilizações da entidade durante os trabalhos de elaboração da Carta Constitucional de 1988 e, em 1989, nas eleições presidenciais são ilustrativas desse “novo comportamento político”.³

Durante a década de 1990, a FIERGS aperfeiçoou suas formas de atuação, consolidando-se como uma entidade de extrema importância na articulação e na defesa dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha. Esse aperfeiçoamento nas formas de atuação política da FIERGS é resultado de um processo de conscientização do segmento industrial gaúcho em relação à sua participação, enquanto classe, no cenário político regional e nacional. Durante a década de 1980 ainda era possível identificar divergências em relação ao papel da entidade enquanto representação dos interesses da burguesia industrial gaúcha. Alguns setores entre os industriais entendiam, ainda, que a entidade

³ Marco André CADONÁ, *Dos bastidores ao centro do palco: a atuação política da burguesia industrial gaúcha no processo de democratização*.

deveria limitar sua atuação na defesa dos interesses econômicos e corporativos da indústria gaúcha, sem se aventurar muito na articulação política da classe e, mais do que isso, na defesa explícita de seus interesses junto ao estado e à sociedade civil. Já naquele período, no entanto, era hegemônica a posição segundo a qual a entidade deveria ter uma organização política mais consistente, capaz de possibilitar uma participação mais ativa e mais direta no processo histórico.⁴ Os anos noventa representaram, assim, a continuidade no esforço da burguesia industrial gaúcha em colocar a sua entidade de representação máxima como um instrumento fundamental de articulação e de defesa dos seus interesses de classe. As duas gestões do industrial Dagoberto Lima Godoy (1993 – 1996 – 1999) têm, nesse sentido, um grande significado político. A partir de então, a FIERGS assumiu, de maneira ainda mais explícita e com maior amplitude, sua condição de representação política dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha.

Na democracia, uma entidade representativa de um segmento social (...) só ganhará espaço e força perante a sociedade como um todo, na medida em que souber enquadrar os interesses setoriais que defende na moldura maior do interesse coletivo. E, mais, se conseguir passar à opinião pública esta imagem de desprendimento e solidarismo.

Assim, a associação empresarial mais ambiciosa vai obrigatoriamente alargar seu campo de atuação para além das questões específicas de seu setor, ultrapassando os limites da economia para incursionar no domínio da política, ou seja, da busca do bem comum. E os seus líderes, homens (e mulheres) de ação, são desafiados a aventurar-se no mundo das idéias, única forma efetiva de influenciar democraticamente o desenho de uma sociedade aberta à livre iniciativa e ao empreendedorismo, imprescindíveis à atividade empresarial e ao desenvolvimento econômico sustentável.⁵

Nessa citação, retirada de um texto introdutório ao segundo volume do livro *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, editado com o objetivo de publicitar as ações e as idéias da FIERGS durante as duas gestões de Dagoberto Lima Godoy, fica clara a visão predominante entre as lideranças da burguesia industrial gaúcha de que a FIERGS, enquanto entidade representativa de seus interesses de classe, deve colocar-se como um sujeito político central no processo decisório (tanto em nível estadual quanto em nível nacional), num contexto de reestruturação globalizante da economia capitalista.

A FIERGS, assim, vem ampliando cada vez mais sua esfera de atuação, tornando-se um instrumento fundamental do processo de formação de classe da burguesia industrial gaúcha. Suas ações vêm cumprindo um importante papel no fortalecimento do segmento industrial gaúcho enquanto força social coletiva. Como entidade representativa, a FIERGS vem contribuindo na construção de identidades entre os industriais gaúchos (de diferentes setores e de diferentes regiões do Estado gaúcho), na organização e na mobilização dos

⁴ Marco André CADONÁ, *Burguesia industrial gaúcha e neoliberalismo: as entrelinhas do discurso – 1987 – 1993*.

⁵ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS. *FIERGS, A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. II, p. 7.

mesmos para a defesa de seus interesses de classe, na direção de suas lutas políticas. As intervenções políticas da FIERGS a partir da década de 1990 são ilustrativas desse processo.

Em primeiro lugar, merece destaque a “modernização” realizada em suas estruturas organizativas. Já a partir da década de 1980, a entidade apresentava modificações “modernizantes”, com a instalação de novos Conselhos Temáticos e Comissões Setoriais. Ampliava, assim, sua capacidade de defesa dos interesses da classe junto aos governos estadual e federal e de um posicionamento político mais consistente sobre as grandes questões nacionais.⁶ Durante a década de 1990, essa estruturação através de Conselhos e Comissões Temáticos manteve-se e foi aperfeiçoada. Assim, durante a segunda gestão de Dagoberto Lima Godoy (1996-1999), a estrutura interna da FIERGS compreendia 19 organismos, entre conselhos, comissões, coordenadorias e divisões. No topo dessa estrutura, foi inaugurada uma instância “ministerial” (assim denominada pela própria entidade), com nove “pastas” controladas cada uma delas por um vice-presidente do sistema FIERGS/CIERGS. Eram as seguintes as “pastas ministeriais”: **1 – Administração e Finanças** – responsável pela elaboração do orçamento do sistema FIERGS/CIERGS; **2 – Área Técnica** – encarregada pela coordenação da estrutura temática da entidade; **3 – Engenharia e Expansão** – responsável pela supervisão dos projetos de manutenção e ampliação da sede do sistema FIERGS/CIERGS; **4 – CECON – Centro de Convenções** – encarregado pela administração do complexo do Centro de Convenções, Teatro do SESI, o quadro social e os eventos; **5 – Relações Políticas** – responsável pela articulação política (“de natureza estratégica”) junto ao estado e à sociedade civil; **6 – Capacitação de Novos Investimentos** – encarregada em dar suporte a novos investimentos no Estado gaúcho; **7 – Identificação de Oportunidades** – encarregada de prospectar novos negócios para o Rio Grande do Sul; **8 – SESI/RS** – ocupado com a “qualidade de vida dos industriários e de suas famílias”; **9 – SENAI/RS** – cujas atividades estão voltadas à “qualificação de recursos humanos e desenvolvimento tecnológico”.⁷

Todas essas “pastas ministeriais” eram, como afirmado, coordenadas pelos vice-presidentes do sistema FIERGS/CIERGS que, juntamente com o presidente da entidade, formavam um Conselho, denominado “Presi”, onde eram discutidas “as políticas estratégicas da Federação em reuniões periódicas apoiadas por uma estrutura de secretaria executiva”.⁸

Como instância de apoio, o “ministério” da FIERGS contava com a atuação de 15 conselhos, responsáveis pela produção de estudos e pela sustentação (teórica, técnica, político-ideológica) dos posicionamentos tirados nas reuniões das diretorias do sistema FIERGS/CIERGS. Eram os seguintes os Conselhos: **Conselho de Economia – CONSEC** – que, entre 1996 e 1999, atuou em “análises de conjuntura econômica”, na “elaboração de indicadores” e na edição da revista *Súmula Econômica*; **Conselho de Assuntos**

⁶ Marco André CADONÁ, *Burguesia industrial gaúcha e neoliberalismo; as entrelinhas do discurso* (1987 a 1993).

⁷ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. I, p. 80.

⁸ IDEM, *Ibid.*, p. 80.

Técnicos, Tributários e Legais – CONTEC – responsável por estudos sobre tributação (estadual e federal), incentivos fiscais e reforma tributária; **Conselho de Relações do Trabalho – CONTRAB** – cujas funções centrais estavam vinculadas à reforma da legislação trabalhista, à questão da participação dos empregados nos lucros e resultados das empresas e na defesa da indústria perante a Justiça do Trabalho; **Conselho do Comércio Exterior – CONCEX** – cujas atividades estiveram relacionadas aos negócios internacionais (missões empresariais ao exterior, seminários e cursos de formação voltados aos negócios internacionais etc.), à emissão de Certificados de Origem de produtos industriais gaúchos, ao MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e à ALCA (Área de Livre Comércio); **Conselho de infra-estrutura – COINFRA** – cujas atividades estiveram vinculadas, especialmente, às discussões sobre energia elétrica e transportes no Rio Grande do Sul. Esse conselho criou “o Plano de Eficiência Energética”, em parceria com universidades e concessionárias do setor energético, visando “racionalizar a utilização de energia elétrica nas indústrias gaúchas”; **Conselho de Competitividade – COMPET** – com funções direcionadas à capacitação tecnológica das indústrias gaúchas e a uma maior competitividade destas num cenário cada vez mais aberto e globalizante; **Conselho de Promoção da Pequena e Média Indústria – COPPEMI** – preocupado em articular os interesses das pequenas e médias indústrias junto ao estado e em elaborar uma legislação relativa às micro e pequenas empresas; **Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente – CODEMA** – preocupado com a sustentação técnica da entidade em assuntos vinculados ao meio ambiente; **Conselho de Programas de Interesse Social e Cidadania – COPISC** – que “atua junto ao Sesi/RS no desenvolvimento de projetos de solidariedade e de valorização do civismo, além de ter elaborado o primeiro Retrato Social do Industrial Gaúcho”; **Conselho da Agroindústria – CONAGRO** – responsável pela “articulação dos interesses entre os setores primário e secundário”; **Comissão de Informática – COMINF** – encarregada pela informatização do sistema FIERGS/CIERGS e que, durante a segunda gestão do industrial Dagoberto Lima Godoy, deu origem ao “Núcleo de Inteligência Competitiva da FIERGS”; **Comissão do Quadro Social**, cujas funções estão relacionadas com a captação de novos sócios para o CIERGS e com a promoção institucional da indústria gaúcha; **Comissão de Marketing – COMARK** – responsável pelo “projeto de implantação de uma estrutura de marketing” na FIERGS, assessorando, ainda, a entidade em suas participações em exposições (nacionais e/ou internacionais); **Coordenadoria de Articulação com Entidades do Interior – CAEI** – “responsável pelo trabalho de intermediação da FIERGS e pela manutenção de uma rede de associações, Câmaras e Centros de Comércio e Indústria em todo o Rio Grande do Sul”.

Além desses Conselhos e Comissões, a FIERGS passou a contar, a partir da segunda metade da década de 1990, com outras instâncias de assessoria e acompanhamento. Em novembro de 1997, foi constituído o “Grupo da Construção Civil”, inserido no esforço da entidade em atuar sobre as cadeias produtivas em que se insere a indústria gaúcha, tornando-as mais competitivas. Em 1998, quando o Rio Grande do Sul discutia a vinda de montadoras de veículos para o estado, a FIERGS criou o Instituto Gaúcho de Estudos Automotivos (IGEIA). Foi criado, também, o “Grupo de Comunicação e Marketing”, com a função de “aferir a imagem construída pela entidade diante dos chamados ‘formadores de opinião’ externos”. Em junho de 1998, a entidade criou a área denominada “Pró-

Memória”, com o objetivo de “resgatar a trajetória do sistema junto à sociedade civil” e que publicou, entre outras atividades realizadas, o livro *A Reindustrialização do Rio Grande do Sul*. Ainda em 1995, a entidade criou o “Centro FIERGS de Competitividade”, resultado de sua preocupação com uma maior competitividade da indústria gaúcha para a disputa de mercados (interno e externo). Iniciativa que, aliás, foi seguida posteriormente por outras federações de indústrias do País. A partir de 1998, a entidade passou a contar com o “Núcleo de Inteligência Competitiva”, com o objetivo de “oferecer informações atualizadas e acompanhamento permanente sobre a competitividade da indústria rio-grandense”. Também em 1998, a FIERGS criou uma nova representação oficial (escritório de negócios) nos Estados Unidos, somando-se aos escritórios naquela época já existentes na Europa. Esses escritórios têm como função oferecer às indústrias gaúchas informações sobre investimentos internacionais e às indústrias estrangeiras informações sobre as potencialidades da economia gaúcha. Soma-se a essa estrutura, ainda, um conjunto de parcerias do sistema FIERGS/CIERGS com entidades externas ou do próprio sistema: o Balcão SEBRAE, a Rede Metrológica, o Programa Gaúcho de Design e Pró-Design.⁹

A “modernização” das estruturas organizativas da FIERGS ampliou a capacidade da burguesia industrial gaúcha em fundamentar em bases técnicas e políticas seus posicionamentos sobre a vida política e econômica do País. Exemplar, nesse sentido, o trabalho realizado pelo Conselho de Economia, que, desde a década de 1980, disponibiliza a FIERGS, além de análises das tendências macroeconômicas, um posicionamento ativo frente às políticas econômicas adotadas no País, com críticas e apresentação de propostas – fundamentadas em pareceres técnicos – de modificações nos rumos da economia.

Há de se destacar, também, a forma como as lideranças industriais que comandam a FIERGS articulam seus discursos políticos. Os posicionamentos políticos da entidade, frente às questões políticas e econômicas de relevância no Estado gaúcho e no País, buscam normalizar um discurso político que se propõe transcendente aos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha, generalizando-se como projeto político de toda a sociedade (gaúcha ou brasileira, dependendo do assunto e do destino do discurso). Como será indicado adiante, na análise das discussões sobre o posicionamento do governo Olívio Dutra em relação aos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Britto às montadoras de veículos, a FIERGS articulou seu discurso visando não somente justificar seus projetos políticos como também, e principalmente, buscar um consenso ativo da população em torno desses projetos. Seus interesses de classe eram anunciados, portanto, como interesses da “sociedade gaúcha”.

A organização política da burguesia industrial gaúcha, num período recente, apresenta outra característica que, embora presente em outros períodos, demonstra o esforço em manter um elevado grau de conscientização e de mobilização na defesa de seus interesses de classe. Trata-se da disposição, por parte das lideranças da FIERGS, em concatenar suas lutas com outras entidades representativas da burguesia gaúcha, em especial a FEDERASUL (Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul) e a FARSUL (Federação da Agri-cultura do Rio Grande do Sul). Essa disposição de unificar

⁹ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. 1, p. 83-85.

as lutas de diferentes segmentos da burguesia não significa que não existam divergências entre as diferentes frações da classe burguesa no Rio Grande do Sul. Essas divergências, no entanto, não comprometem a convergência dos interesses dessas diferentes frações, principalmente em momentos decisivos, em que os interesses econômicos e políticos fundamentais da burguesia estão sob algum tipo de ameaça. Num período recente da conjuntura política do Rio Grande do Sul, é possível identificar alguns desses momentos. Destaque-se, nesse sentido, a mobilização conjunta dessas frações em defesa de uma candidatura anti-PT durante as eleições para o governo gaúcho em 2002. A imprensa registrou encontros realizados pelo interior do Rio Grande do Sul, onde lideranças das principais entidades representativas da burguesia gaúcha afirmavam um consenso em relação àquelas eleições: a posição anti-PT.¹⁰

Os encontros referidos expressam uma outra estratégia política adotada pela FIERGS, especialmente a partir da década de 1990. Trata-se da “interiorização da entidade”, como é denominado pelas próprias lideranças industriais, expressiva de um processo de intervenção da entidade em todo o Estado gaúcho, buscando a conscientização e a mobilização não somente de industriais, mas também de outros setores que potencialmente podem contribuir para a defesa dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha.

A FIERGS vem realizando, assim, reuniões, encontros, palestras, seminários no interior do Rio Grande do Sul, ocasiões em que procura-se discutir os problemas das diferentes regiões, do Estado gaúcho e do Brasil, sempre dentro de uma perspectiva de defesa dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha. Mais do que momentos de conscientização, esses eventos contribuem para a organização e mobilização da classe. Como foi referido, durante as eleições de 2002, a entidade esteve em diferentes cidades do interior gaúcho, mobilizando em favor de uma candidatura anti-PT. De igual forma, nas eleições de 1998, a entidade produziu um documento (contando uma avaliação do governo Britto e propostas para dar continuidade ao projeto iniciado por aquele governo), tendo discutido o mesmo em reuniões organizadas no interior do Estado e mobilizado em favor da reeleição de Antônio Britto.¹¹

É uma importante manifestação do esforço realizado pela FIERGS no sentido da construção de uma identidade de interesses entre os industriais no Estado gaúcho. Aliás, desde a década de 1980, nos acontecimentos políticos de relevância (tanto em nível estadual quanto em nível nacional), a entidade procura mobilizar os industriais de todo o Estado, buscando construir consensos em torno de suas propostas políticas e uma unidade política que fortaleça suas lutas em defesa dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha. É ilustrativa, nesse sentido, a mobilização realizada em 1987, pela não aprovação de direitos sociais e trabalhistas na Constituição de 1988; de igual forma, em 1989 a mobilização para as Eleições Presidenciais daquele ano, quando a FIERGS promoveu palestras e encontros no interior do estado, visando a “conscientização” em torno das

¹⁰ Marco André CADONÁ, *Burguesia industrial gaúcha e o governo do PT: análise dos posicionamentos da FIERGS em relação ao governo de Olívio Dutra (1999 a 2002)*.

¹¹ Marco André CADONÁ, *Burguesia industrial gaúcha e o governo do PT: análise dos posicionamentos da FIERGS em relação ao governo de Olívio Dutra (1999 a 2002)*.

propostas neoliberais e dos candidatos identificados com essas propostas.¹²

A convergência das lutas da FIERGS ocorre também com a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) que, em última instância, representa a entidade corporativa de maior representatividade política da burguesia industrial no Brasil. Além dos representantes "formais" junto àquela entidade, no período desse estudo a FIERGS assumiu importantes posições na CNI como, por exemplo, a vice-presidência, através do industrial Dagoberto Lima Godoy que, durante a década de 1990 assumiu, também, a presidência do Conselho de Assuntos Legislativos (mecanismo através do qual a CNI trata dos interesses da burguesia industrial brasileira junto ao Congresso Nacional) e, entre 1993 e 1994, esteve na coordenação do Conselho Industrial do Mercosul, órgão daquela entidade encarregado de defender os interesses do segmento nas discussões acerca da integração econômica do Cone Sul.

A disposição política da FIERGS em participar de uma forma mais ativa na vida política e estatal do País ocorre, também, através da intermediação dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha junto às autoridades governamentais. Isso por si só não representa uma novidade. Trata-se, na verdade, de uma característica histórica da atuação da burguesia. A ênfase deve-se às particularidades apresentadas no período de análise, em especial na relação da FIERGS com o governo gaúcho. Já em 1994, na eleição de Antônio Britto, a entidade atuou de forma muito ativa, procurando colocar-se como protagonista dos rumos que seriam adotados pelo futuro Governador do Estado. Nesse sentido, a entidade produziu um documento, denominado "A reengenharia do Rio Grande do Sul", onde apresentava um conjunto de propostas para o governo gaúcho. O referido documento foi discutido com os principais candidatos ao Piratini naquelas eleições. Antônio Britto, uma vez eleito, teve uma atuação à frente do executivo gaúcho que, segundo a avaliação da própria FIERGS em 1998 (ao término de seu governo, portanto), manteve plena sintonia com aquelas propostas apresentadas em 1994 pela entidade.

O governador (Antônio Britto) seguiu o caminho estratégico sugerido pela FIERGS, que defendia a necessidade de superar as crônicas deficiências financeiras do Estado derivadas do gigantismo da máquina estatal, do desvirtuamento do setor público, do comprometimento total dos recursos e da despoupança pública. Nós pregávamos as privatizações como forma de obter recursos, de eliminar os vazamentos e de dar chance para que a eficácia da gestão privada entrasse nas empresas estatais que estavam exauridas, como a CEEE, a CRT, a Corsan e tantas outras. Pregávamos a abertura de espaço para o setor privado exercer o seu ímpeto realizador através das concessões de serviços públicos, a necessidade imperiosa de trazer mais investimentos ao Estado, de recuperar a capacidade de investimento e de colocar o Rio Grande do Sul na 'rede' global de crescimento. O governo Britto seguiu por este caminho. Certamente não só por causa da FIERGS, mais o claro é que havia sintonia...¹³

¹² Marco André CADONÁ, *Burguesia industrial gaúcha e o neoliberalismo: as entrelinhas do discurso* – 1987 a 1993.

¹³ Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS. Entrevista concedida a Sérgio Bueno no dia 27 de maio de 1999. FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. I, p. 72-73.

Essa "sintonia" colocou a FIERGS num espaço privilegiado junto ao executivo gaúcho durante o governo Britto (1995-1998). Dois acontecimentos marcantes naquele governo são, nesse sentido, representativos da posição de governo que em alguns momentos a FIERGS assumiu naquele período: o primeiro está relacionado à política de incentivos fiscais a grandes empreendimentos estrangeiros no Rio Grande do Sul durante o governo Britto; o segundo está relacionado com o processo de privatizações das estatais no Rio Grande do Sul, também ocorrido durante o governo Britto. Quanto à primeira questão, foi através da FIERGS que o governo Britto realizou um estudo sobre políticas de atração a investimentos estrangeiros, cuja conclusão foi de que a estratégia adequada seria oferecer "incentivos fiscais imbatíveis". Quanto à segunda questão, é interessante (e simbólico) notar que os leilões de privatização da CRT e da CEEE ocorreram na sede da FIERGS.

A partir de 1999, frente à derrota de Antônio Britto e a eleição de Olívio Dutra (do Partido dos Trabalhadores) nas eleições de 1988 para o Governo do Estado, a relação da FIERGS com o executivo estadual apresentaria modificações importantes. O governo Olívio Dutra foi visto pela FIERGS, desde seu início, como um governo hostil aos seus interesses de classe. A percepção das dificuldades de sintonia com o novo executivo estadual levou a entidade a enfatizar suas relações políticas com o legislativo estadual. Essa aproximação será analisada neste relatório, sendo suficiente indicá-la agora como uma forma de representação dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha junto ao Estado gaúcho, num momento de crise das relações entre sua entidade de representação maior e o executivo estadual.

Deve-se destacar, ainda, uma prática alimentada pela FIERGS (desde a década de 1980), de manter contatos com representantes do Estado brasileiro ou, então, personalidades (políticas e/ou intelectuais), através das reuniões semanais realizadas na entidade. A entidade tem conseguido trazer para palestrar em sua sede desde candidatos a Presidência da República, passando por Ministros de Estado, até especialistas em áreas de interesse dos industriais (área tributária, legislação previdenciária, integração econômica, comércio exterior etc.). Essa prática permite à burguesia industrial gaúcha, além da ampliação da discussão em torno de assuntos relacionados aos seus interesses de classe, um permanente diálogo com personalidades representativas da sociedade e, especialmente no caso das autoridades governamentais, a apresentação e a defesa dos interesses da indústria gaúcha. A título de exemplo, no ano de 1998 estiveram dialogando com os industriais gaúchos na FIERGS pelo menos 16 representantes de governos estrangeiros (entre embaixadores, vice-presidentes, ministros ou pessoas ligadas a ministérios). No mesmo ano, estiveram na FIERGS pelo menos cinco Ministros de Estado do governo Fernando Henrique Cardoso, além do então Presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Desde que Itamar Franco assumiu a Presidência do País, todos os Ministros de Planejamento estiveram na sede da entidade.¹⁴

Na mesma direção, destaque-se os contatos com os candidatos ao governo gaúcho, realizados tanto em 1994 quanto em 1998. Como foi indicado, em 1994 a FIERGS elaborou

¹⁴ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. I.

um documento denominado *A reengenharia do Rio Grande do Sul* e apresentou aos principais candidatos ao Piratini, ainda no primeiro turno daquelas eleições. Assim, em 23 de agosto de 1994, o referido documento foi discutido e repassado para os quatro principais candidatos ao governo gaúcho, Antônio Britto (PMDB), Celso Bernardi (PPB), Olívio Dutra (PT) e Sereno Chaise (PDT). Naquela ocasião, as lideranças da FIERGS manifestaram suas expectativas que de o Governador eleito seguisse as recomendações presentes no documento apresentado. Em 1998, a FIERGS elaborou um novo documento, então com o título de *A arquitetura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*. Naquele ano, no entanto, a entidade não conseguiu reunir os principais candidatos ao governo do estado, tal como ocorrido em 1994. De qualquer forma, o documento foi entregue aos candidatos, apresentado à imprensa e serviu de referencial básico para as discussões da entidade sobre as eleições daquele ano.

Há de se destacar, por fim, uma característica inovadora no comportamento político da FIERGS a partir dos anos noventa: sua preocupação com a competitividade da indústria gaúcha. Se essa questão estava presente entre as preocupações da entidade durante a década de 1980 e início da década de 1990 era de uma forma marginal. O discurso (crítico) da entidade era direcionado ao Estado: gigantesco, inoperante, ineficaz, inibidor da iniciativa privada, entrave para uma economia mais aberta e competitiva. Mesmo suas posições em relação ao MERCOSUL eram restritivas, expressivas especialmente da situação de setores da indústria gaúcha, receosos (em virtude do pouco dinamismo econômico) frente à possibilidade de uma economia mais aberta e mais competitiva, tal como se visualizava com o MERCOSUL.¹⁵ A partir dos anos noventa, no entanto, a FIERGS assume uma postura segundo a qual a competitividade econômica requer mudanças não somente na forma como o estado interfere na economia, mas, também, na forma como as indústrias se inserem no mercado. A gestão de Dagoberto Lima Godoy tem, nesse aspecto, um significado decisivo. Ao assumir a presidência do sistema FIERGS/CIERGS, Dagoberto Lima Godoy comprometeu-se em transformar a entidade num “agente de mudança”:

Além de se empenhar na luta pela transformação da matriz industrial do Rio Grande do Sul, Godoy levou para o interior da FIERGS um estilo de gestão que, buscando uma sintonia fina com os desafios particulares de sua época, afirmou um papel de liderança não limitado à identificação e síntese das necessidades do setor industrial gaúcho. O mais importante, na visão do presidente, era comprometer-se com a elaboração criativa de novas estratégias, capazes de fazer da entidade um ‘agente de mudança’, inserido em um mundo em constante processo de transformação. Construiu-se a cultura das ‘atitudes estratégicas’ que capacitaram a Federação para cumprir seus dois grandes compromissos: 1) representação política em defesa dos pontos de vista da indústria e 2) a qualificação das empresas gaúchas para a competitividade intrínseca ao mercado globalizado.¹⁶

¹⁵ Marco André CADONÁ, *Burguesia industrial gaúcha e o neoliberalismo: as entrelinhas do discurso – 1987 a 1993*.

¹⁶ FIERGS, *A Reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. I, p. 12.

As implicações dessa “nova postura” da FIERGS precisam, ainda, ser analisadas. No entanto, é preciso desde já destacar que, em decorrência desse compromisso de qualificar “as empresas gaúchas para a competitividade intrínseca ao mercado globalizado”, a FIERGS tem se empenhado em duas frentes: a defesa de uma ação estatal orientada para uma maior competitividade da indústria gaúcha (a partir de onde se colocam propostas que vão desde entrada do estado em guerras fiscais até a criação, via estado e com apoio da iniciativa privada, de políticas públicas que criem melhores condições de competitividade às indústrias gaúchas); o incentivo para que se desenvolvam junto à indústria gaúcha novos paradigmas organizacionais, mais adequados a atual reestruturação do capitalismo internacional (a partir de onde se coloca a visão de que as empresas precisam redefinir seus modelos de organização da produção e do trabalho e seus paradigmas de desenvolvimento econômico).

A FIERGS, assim, tem uma atuação política clara e consistente em defesa dos interesses de classe da burguesia industrial gaúcha, cumprindo a “função” de sua instituição instrumentalizadora política e ideológica. Trata-se, portanto, de uma entidade que se preocupa não somente com interesses econômicos imediatos da burguesia industrial gaúcha, mas fundamentalmente com a defesa da ordem social capitalista no País, posicionando-se defensivamente em relação às “ameaças” à acumulação capitalista (e aqui se colocam as demandas democratizantes colocadas pelos movimentos populares e de trabalhadores organizados) e de forma afirmativa no que diz respeito às reformas no estado e na economia, consideradas fundamentais para a viabilização do capitalismo brasileiro no contexto da globalização econômica.

A partir da ação política da FIERGS, a burguesia industrial gaúcha vem, desde a década de 1980, afirmando um comportamento político-ideológico, baseado nos pressupostos do ideário neoliberal, em favor da economia de mercado e da reorganização do estado. Outrossim, aprimora sua capacidade de atuação política em instâncias decisórias do estado (tanto ao nível estadual quanto ao nível nacional) e na própria sociedade civil, procurando construir consensos em torno de seus interesses de classe, sempre que questões importantes para a economia e para a sociedade no Brasil estão em discussão.

Os posicionamentos em relação ao tratamento dado aos investimentos estrangeiros no estado gaúcho: o caso FORD

Olívio Dutra, bem como as forças sociais e políticas que representava nas eleições de 1998, sempre se posicionou criticamente em relação aos incentivos fiscais concedidos aos grandes investimentos (estrangeiros ou nacionais) durante o governo de Antônio Britto. Nas eleições de 1998, assim, a candidatura de Olívio Dutra apresentou à sociedade gaúcha um projeto político que se contrapunha àquele adotado por Antônio Britto, centrado na redefinição neoliberal do papel do Estado (privatizações, concessões de serviços públicos à iniciativa privada, demissão de funcionários) e na prioridade aos grandes investimentos.

Ao ser eleito, Olívio Dutra manteve sua postura crítica em relação à prioridade dada pelo governador Antônio Britto aos grandes investimentos. Mais do que isso, assumiu

publicamente o desejo de revisar os contratos estabelecidos por aquele governo com as grandes empresas beneficiárias de sua política de subsídios e incentivos fiscais.

Dos dois bilhões concedidos nesse último governo, através do FUNDOPEM, 76% ficou em regiões bem mais desenvolvidas e industrializadas. Deste montante, apenas 10 empresas foram beneficiadas.¹⁷

Se juridicamente perfeitos e socialmente justos, os acordos firmados pelo governo Britto não serão alterados. É preciso, no entanto, que eles sofram adequações, que possibilitem que os grandes investimentos no Estado sejam emuladores do desenvolvimento harmonioso e espraído de todas as regiões.¹⁸

Ao assumir essa posição, Olívio Dutra iniciou, ainda antes de assumir o governo, um intenso debate com diferentes setores da burguesia gaúcha, defensores (em sua maioria) da continuidade da política de incentivos adotada pelo governador Antônio Britto. Dois momentos da conjuntura política presente no Rio Grande do Sul, durante o período que separou a eleição e a posse de Olívio Dutra, são ilustrativos desse embate.

O primeiro deles envolveu um debate entre o presidente do grupo Gerdau, industrial Jorge Johannpeter Gerdau, e a coordenação de transição do governador eleito, Olívio Dutra. O grupo Gerdau foi beneficiário de um acordo estabelecido com o governo Britto para a instalação de uma laminadora no município gaúcho de Nova Santa Rita. O governo Britto, visando atender o acordo estabelecido com o grupo, encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto de incentivos fiscais, criando o Fundo de Desenvolvimento do Setor Metalúrgico (FDM), destinado exclusivamente ao acordo estabelecido com o grupo Gerdau. Além de financiamento, a ser pago após de 10 anos, sem juros nem correção monetária, o projeto previa abatimento de até 100% do ICMS durante 15 anos. Em novembro de 1998, num período anterior à votação na Assembléia Legislativa do projeto que contemplaria os interesses do grupo Gerdau, lideranças do Partido dos Trabalhadores no Estado (incluindo-se aí o próprio governador eleito) posicionaram-se publicamente contrários à aprovação do projeto, classificado como "um atraso nas relações entre o setor público e o privado" pelo vice-governador eleito Miguel Rosseto.¹⁹ O industrial Jorge Johannpeter Gerdau reagiu à posição contrária das lideranças petistas, ameaçando não mais investir na instalação da laminadora, caso o acordo estabelecido com o governo Britto não fosse respeitado.

Se o Estado quiser tratar bem o empresário que trate; se quiser tratar mal que agüente as conseqüências. Sem incentivos, o empresário vai buscar outro lugar, pois no mundo inteiro ele é peça rara, valorizada para fazer empreendimentos, atender o mercado, gerar empregos e pagar impostos.²⁰

¹⁷ Jornal do Comércio de 05 de novembro de 1998.

¹⁸ Jornal do Comércio de 27 de novembro de 1998.

¹⁹ Jornal do Comércio do dia 05 de novembro de 1998.

²⁰ Industrial Jorge Johannpeter Gerdau. Jornal do Comércio de 05 de novembro de 1998.

O segundo momento naquela conjuntura, que expressou as diferenças entre o governo eleito e os interesses da burguesia industrial gaúcha, ocorreu com a votação, na Assembléia Legislativa, de dois projetos de incentivos fiscais, encaminhados pelo governador Antônio Britto ao final de seu governo. O primeiro deles previa cinco pontos de incentivos fiscais: 1) criava o Fundo de Desenvolvimento do Setor de Metalurgia (FDM), contemplando o acordo estabelecido entre o governo Britto e o grupo Gerdau (como foi anteriormente referido); 2) criava o Fundo para Investimento e Desenvolvimento Tecnológico (FITEC), destinado a financiar investimentos e capital de giro da fábrica Dell Computer. Segundo o projeto, além de financiamento do Estado (a serem pagos após 10 anos) a Dell Computer teria uma abatimento, num período de 15 anos, de até 100% do ICMS; 3) Autorizava o diferimento no pagamento do ICMS aos fornecedores de gás liquefeito da General Motors e de insumos para as indústrias do ramo plástico; 4) permitia que os débitos do estado com os frigoríficos fossem trocados por abatimentos no ICMS e autorizava o diferenciamento no pagamento do ICMS dos fornecedores de energia elétrica da GM; 5) anistiava os beneficiários do programa de revitalização de cooperativas de produção agropecuária de multas por atraso de ICMS.²¹ Esse projeto foi aprovado pela Assembléia Legislativa, com votos contrários dos partidos de oposição ao governo Britto e apesar das manifestações do governador eleito Olívio Dutra de que entraria na justiça para derrubar os incentivos.²² O segundo projeto foi avaliado e aprovado pela Assembléia Legislativa no dia 10 de dezembro de 1998, em sua penúltima sessão antes do recesso parlamentar daquele ano. Novamente, a oposição ao governo Britto tentou barrar – sem sucesso – a aprovação de um conjunto de incentivos fiscais, entre os quais o que assegurava o pagamento mensal dos benefícios através do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) às empresas com projetos protocolados até o dia 31 de dezembro de 1998 na Secretaria do Desenvolvimento dos Assuntos Internacionais.²³

A mobilização da FIERGS em favor da entrada do Rio Grande do Sul na disputa pelos investimentos prometidos pela indústria automobilística no Brasil iniciou ainda durante o governo de Alceu Colares (1991 – 1994). Em 1994, a entidade promoveu uma reunião-almoço com o gerente de relações institucionais da General Motors do Brasil, Luiz Moan Yabiku, ocasião em que foi revelado aos industriais gaúchos o interesse daquela empresa em investir em duas novas unidades no Brasil. A FIERGS, de imediato, procurou mobilizar o governo gaúcho para que desse início a negociações com a empresa, visando assegurar a vinda de uma das unidades previstas para o Rio Grande do Sul.²⁴ Como resultado, o próprio governador Alceu Colares foi a público afirmar que o Rio Grande do Sul estava disposto a cobrir qualquer proposta de incentivos de outro Estado brasileiro, acrescentando 10%.²⁵

²¹ Jornal do Comércio de 17 de novembro de 1998.

²² Jornal do Comércio do dia 18 de novembro de 1998.

²³ Jornal do Comércio de 11 de dezembro de 1998.

²⁴ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. I.

²⁵ A manifestação do então governador gaúcho Alceu Colares foi referida pelo industrial Dagoberto Lima Godoy, em artigo publicado no jornal da COPESUL, no dia 16 de maio de 1994.

A importância atribuída aos investimentos da indústria automobilística no Estado e de uma ação forte do governo estadual na atração desses investimentos, num momento em que os Estados brasileiros praticavam uma intensa guerra fiscal com o intuito de disputar investimentos (nacionais e estrangeiros), fez com que a FIERGS colocasse a atração de uma montadora de automóveis como uma ação estratégica de estado para o governo gaúcho.²⁶

Com a vitória de Antônio Britto nas eleições de 1994, a FIERGS não somente conseguiu a mobilização do governo gaúcho como foi colocada, pelo próprio Antônio Britto, numa posição estratégica no processo de mobilização do Estado gaúcho para atrair investimentos da indústria automobilística para o Rio Grande do Sul. Com a justificativa de que a contratação, via estado, de uma empresa de consultoria demandaria muito tempo (o trâmite seria "longo e burocrático"), o governo gaúcho solicitou a FIERGS um estudo que apontasse as condições necessárias para que investimentos da indústria automobilística fosse atraídos para o território gaúcho. Assim, ainda em 1995, a FIERGS contratou a WS Consult, empresa de consultoria do ex-presidente da Volkswagen do Brasil, Wolfgang Sauer, para realizar um estudo que indicasse "as condições que o Estado dispunha para atrair uma montadora de automóveis" e para oferecer um receituário que tornasse o Rio Grande do Sul competitivo na disputa por esses investimentos. O relatório final desse estudo, financiado com recursos de empresas privadas e de Sindicatos de Indústrias filiados ao CIERGS, foi apresentado às diretorias do sistema FIERG/CIERGS no dia 20 de agosto de 1996, tendo como uma de suas principais conclusões a seguinte "receita": "para atingir seu objetivo o governo deveria construir um arsenal de incentivos fiscais e financeiros que superasse os benefícios concedidos por outros Estados".²⁷

O estudo encomendado pela FIERGS foi, então, entregue ao governador Antônio Britto e serviu de base de apoio para as negociações entre o estado gaúcho e as indústrias automobilísticas General Motors e Ford durante o período em que Britto esteve à frente do executivo gaúcho. O contrato estabelecido entre o governo Britto e as referidas montadoras indicou que as sugestões da FIERGS tornaram-se estratégias de Estado naquelas negociações.

Durante o governo Britto, a FIERGS procurou sustentar as negociações estabelecidas pelo estado gaúcho com a General Motors e com a Ford. Frente aos protestos dos partidos de oposição ao governo Britto, em especial o Partido dos Trabalhadores, que não concordaram com as concessões do governo gaúcho às montadoras, lideranças da FIERGS foram a público defender as bases da negociação estabelecida.

Várias pessoas, de diversos setores da nossa comunidade, dizem não compreender e até criticam o enorme esforço que o Rio Grande vem fazendo para atrair uma montadora de automóveis...

A montadora, então, trará consigo um novo impulso ao nosso parque metalmeccânico, desencadeará novos investimentos dos 'consoziados' ou

²⁶ No documento elaborado pela FIERGS visando as eleições para o governo gaúcho, em 1994, a implantação de uma montadora de veículos foi colocada como essencial para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

²⁷ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. I, p. 23.

'condôminos' e se constituirá, sem dúvida, num pólo irradiador de modernidade tecnológica e de gestão (...). Ainda mais, converterá o RS em nó da intrincada rede global da indústria automobilística, 'certificando', por assim dizer, o RS como apto para a globalização.

O empenho para atrair a montadora e a vitória que antevemos em consegui-la deve ter continuidade num padrão de comportamento coletivo. A união de esforços da comunidade, articulada por um governo que age competentemente e se credencia, ao por em prática efetiva, medidas de modernização da gestão pública, tem que dar certo.²⁸

Mais do que manifestações públicas em favor das condições estabelecidas pelo governo gaúcho para os investimentos da indústria automobilística, a própria FIERGS contava com estudos que indicavam o efeito positivo desses investimentos na economia e na sociedade rio-grandenses. De acordo com esses estudos, somente os investimentos da General Motors (estimado na época em 600 milhões de dólares) iriam ter um efeito multiplicador da ordem de 1,9 bilhão de dólares sobre a renda estadual (ou um crescimento de 4% do PIB anual do Rio Grande do Sul) e iriam criar, direta e indiretamente, 200 mil empregos.²⁹

A FIERGS, portanto, acompanhou de muito perto as negociações do governo Britto com a General Motors e com a Ford, ressaltando o acerto daquele governo ao oferecer condições "imbatíveis" para que tais investimentos fossem realizados no Rio Grande do Sul. Ao final de seu governo, todas as manifestações da FIERGS expressavam a gratidão pela ação positiva de Antônio Britto na atração das montadoras.

Em 1998, no entanto, a vitória de Olívio Dutra nas eleições para o governo gaúcho representou, para a burguesia industrial gaúcha, uma ameaça de "fim do sonho" de ver a General Motors e a Ford instalando novas unidades em território gaúcho. Frente a essa ameaça, a FIERGS manteve-se muito atenta em todo o período que separou a eleição e a posse de Olívio Dutra, procurando estabelecer um consenso na sociedade gaúcha de que os acordos estabelecidos entre o governo Britto e as montadoras não eram acordos de um governo, mas do estado gaúcho, num processo de afirmação da economia e da sociedade rio-grandenses. Os acordos, portanto, não poderiam ser questionados.

Como já foi referido, ao assumir o governo Olívio Dutra iniciou um processo de renegociação das bases contratuais estabelecidas pelo governo Britto com a General Motors e com a Ford, o que desembocou, em março de 1999, na suspensão dos repasses financeiros às montadoras.

Nos primeiros meses do governo Olívio e, principalmente, no período entre a suspensão dos repasses financeiros às montadoras (dia 20 de março de 1999) e o anúncio oficial da desistência da Ford em instalar sua unidade no Rio Grande do Sul (dia 28 de abril de 1999), a FIERGS manteve-se inteiramente mobilizada, visando garantir o cumprimento, por parte do governo gaúcho, das bases contratuais originalmente estabelecidas.

²⁸ Industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS. *Zero Hora* do dia 1º de dezembro de 1996.

²⁹ FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. II, p. 44.

No final de março, alguns dias após o anúncio da suspensão dos repasses financeiros às montadoras, o presidente da FIERGS solicitou uma audiência com o governador Olívio Dutra, com a intenção de "dar a contribuição da entidade" nas negociações com a Ford e com a General Motors. O governador não respondeu ao pedido da entidade, mesmo após seu presidente ter solicitado pessoalmente uma resposta, num encontro realizado no 12º Fórum da Liberdade, realizado no dia 06 de abril de 1999, nas dependências da FIERGS. Na ausência de uma resposta do governador, o que foi interpretado como uma atitude de desrespeito à entidade ("não é possível brincar com o prestígio da entidade", afirmava Dagoberto Lima Godoy), a FIERGS cancelou formalmente a solicitação de audiência, não escondendo o ressentimento em relação à atitude do governador no fax que transmitiu ao Palácio Piratini.

Uma das estratégias utilizadas pela FIERGS, para forçar o governo Olívio Dutra a respeitar os acordos estabelecidos com as montadoras de veículos, foi a utilização dos meios de comunicação. No período entre a suspensão dos repasses financeiros e a decisão final da Ford em não mais investir no Rio Grande do Sul, representantes da FIERGS (em especial seu presidente, industrial Dagoberto Lima Godoy) ocuparam diferentes veículos de comunicação, apresentando suas visões e seus argumentos em defesa da manutenção do acordo estabelecido entre o governo Britto e as montadoras.

O Rio Grande do Sul não pode parar

A Fiergs cumpre o dever de alertar a sociedade rio-grandense para o risco iminente que ameaça o almejado desenvolvimento econômico e social do nosso Estado: perder investimentos é abrir mão de empregos e de renda, ou seja, é um retrocesso que acarretará prejuízos para todos os gaúchos.

Em nome do futuro melhor que se quer para nossa gente e em especial para os nossos jovens, é preciso destacar os seguintes pontos:

- 1 – Não podemos perder empreendimentos pelos quais lutamos há mais de 20 anos, enquanto assistimos outros Estados desenvolverem-se rapidamente, alavancados pela indústria automobilística;
- 2 – Os projetos da GM e da Ford irão desencadear a geração de mais de 100 mil empregos diretos e indiretos, pelos efeitos multiplicadores em todos os setores da economia estadual; afugentar as duas ou uma só dessas unidades será, no mínimo atrasar as respostas sociais que necessitamos;
- 3 – Empreendimentos desse porte induzem também novos investimentos em infra-estrutura, cujos benefícios são sempre coletivos, facilitando o desempenho das empresas menores e melhorando a qualidade de vida do povo;
- 4 – Não se pode cair na armadilha de colocar em contraposição os incentivos para as montadoras e os investimentos em saúde e educação ou o apoio às pequenas e médias empresas e aos agricultores; na verdade, não são propósitos excludentes, e a competência para atrair e desenvolver grandes empreendimentos é a mesma requerida para vencer os outros desafios; mas rejeitando as duas montadoras, ou uma só delas, haverá menos desenvolvimento e, portanto, menos recursos para investir naqueles setores;
- 5 – GM e Ford, trazendo consigo uma série de outras empresas, colocaram o Estado no mapa dos investimentos internacionais, onde a credibilidade é ponto fundamental; qualquer retrocesso no cumprimento dos contratos firmados pelo

Estado prejudicará a imagem do Rio Grande, afugentando futuros negócios a curto e longo prazos;

Outros pontos ainda poderiam ser alinhados, mas fundamental é que a sociedade rio-grandense deve ser corretamente informada e conscientizada das consequências dos equívocos que se esboçam nas atitudes do atual governo.

A experiência de outros países mostra que a criação de um ambiente favorável a investimentos é requisito indispensável do desenvolvimento. Assim, as oportunidades de trabalho e a qualidade de vida dos gaúchos dependem da atração de muitos empreendimentos, além dos que agora estão em risco. Por a perder esses investimentos será comprometer irremediavelmente o futuro do nosso povo.³⁰

Após o anúncio da Ford de que não mais insistiria na negociação com o governo Olívio Dutra e que iria buscar outro Estado para a instalação de sua montadora de automóveis, alguns setores da burguesia gaúcha e o próprio governo estadual, tentaram mobilizar a Ford para a retomada da negociação e encontrar saídas para o impasse que havia sido criado. Uma dessas saídas, apontada pelo governador Olívio Dutra, foi o levantamento de recursos entre a iniciativa privada que pudesse complementar a disponibilidade do estado e, assim, chegar aos valores inicialmente contratados entre a empresa e o governo gaúcho. Assim, num encontro promovido entre representantes do executivo gaúcho, da Assembléia Legislativa, senadores gaúchos, líderes empresariais, promovido para debater uma solução para o "caso Ford", o governador Olívio Dutra sugeriu que, dos 440 milhões de reais que deveriam ser repassados para a Ford, o Estado gaúcho entrasse com 196 milhões, os governos municipais e a União com 131 milhões e os 113 milhões restantes fossem levantados num esforço "compartilhado pela iniciativa privada".³¹

Essa proposta até foi bem recebida por alguns representantes da burguesia gaúcha que, inclusive, participaram do encontro referido dispondo-se a participar na formação de um fundo. O presidente da FIERGS, no entanto, se posicionou contrário a criação de qualquer fundo resultante da participação de empresas privadas, afirmando que esse era um compromisso do estado e que, portanto, a iniciativa privada não tinha que ter outra participação a não ser na cobrança para que o governo cumprisse sua parte no contrato.

Dentro dessa linha, de pressionar o governo gaúcho para que respeitasse as bases contratuais inicialmente firmadas com a Ford, a FIERGS ocupou, inclusive, espaço em horário nobre na televisão. Assim, no dia 28 de abril de 1999, o presidente da entidade falou em cadeia estadual de televisão.

Num momento em que o emprego escasseia e o drama do desemprego sacrifica tantos irmãos nossos, a FIERGS tem o dever de lutar para não perdermos empreendimentos como o da Ford, que coroa uma luta dos gaúchos por mais de 20 anos. Além das 18 empresas novas que virão com a Ford, a montadora ativará os negócios de centenas de empresas gaúchas, de todos os tamanhos e

³⁰ Carta Aberta aos Gaúchos. Assinada por FIERGS, CIERGS, SESI, SENAI, IEL, INDUSPREV. *Jornal do Comércio* de 15 de abril de 1999.

³¹ *Jornal do Comércio* de 03 de maio de 1999, p. 10.

de todos os setores da indústria, do comércio e dos serviços. Perder a Ford será perder mais de 100 mil empregos em toda esta cadeia produtiva. Por isso, os incentivos contratados pelo Estado não podem ser confundidos com benefícios à Ford, mas como a compra do passe de um craque que nós precisamos para ganhar o campeonato do desenvolvimento do Rio Grande (...) A solução do problema está exclusivamente nas mãos do governo Olívio Dutra (...). Governador Olívio Dutra: cumpra a nossa parte do contrato e exija que a Ford cumpra a dela.³²

O mesmo pronunciamento foi ao ar, pela Rede Brasil Sul (RBS), no intervalo do Jornal Nacional do dia 1º de maio daquele ano, data em que se comemorava o dia do trabalho.

As tentativas de setores empresariais e mesmo do governo gaúcho de retomada das negociações com a Ford não surtiram efeito. A empresa já tinha tomado sua decisão de não mais instalar sua montadora no Estado gaúcho, beneficiando-se de uma medida provisória do governo federal que garantia subsídios fiscais para investimentos no Nordeste brasileiro. Com a decisão definitiva da empresa, FIERGS publicou, ainda, um “manifesto ao povo gaúcho”, intitulado “Responsabilidade”, com o seguinte teor:

Diante da iminente perda definitiva do complexo Ford/Guaíba, a Fiergs, cônica de sua responsabilidade como representante da indústria gaúcha e parte das forças sociais de nosso Estado, objetivando oferecer o democrático contraditório ao Governo e aos gaúchos, vem manifestar publicamente a sua convicta visão de que a perda desse investimento:

Prejudica a reputação do nosso Estado como um todo, por decorrer da não sustentação de um contrato legítimo e da não-condução competente de uma eventual reformulação, abalando a confiabilidade dos acordos firmados, ao nível internacional, por gaúchos tanto do setor público como da iniciativa privada;

Prejudica os trabalhadores gaúchos, ao inviabilizar um empreendimento que geraria dezenas de milhares de empregos, diretos e indiretos, nos mais variados setores de atividades em nosso Estado, num momento em que o desemprego sacrifica a tantos e deveria preocupar a todos;

Prejudica as pequenas e médias empresas gaúchas, ao afastar uma grande empresa líder, capaz de abrir espaços para negócios de menor porte, como está demonstrado nos outros Estados brasileiros em que se instalaram uma ou mais montadoras de veículos;

Prejudica especialmente o nosso parque de autopeças, o 2º maior do País, composto por centenas de empresas de médio e pequeno porte, que mantêm milhares de industriários empregados, para quem a proximidade de montadoras é quase um fator de sobrevivência, na economia globalizada;

Prejudica o mercado de trabalho das profissões de alto nível científico e tecnológico, ao afastar do Rio Grande o conjunto da Ford e das 16 novas empresas que com ela viriam para Guaíba, todas de nível mundial e, portanto, ávidas de nossos talentos humanos; ao mesmo tempo, enfraquece o projeto Porto Alegre Tecnópole – iniciativa conjunta da Prefeitura de Porto Alegre, das Universidades

³² Pronunciamento do industrial Dagoberto Lima Godoy, presidente da FIERGS, em cadeia gaúcha de televisão. Citado por FIERGS, *A reindustrialização do Rio Grande do Sul*, vol. 1, p. 31.

da Região Metropolitana e da FIERGS – ao perder uma importante indústria-âncora da Tecnópole;

Prejudica o processo reindustrialização do Rio Grande, ao inviabilizar um empreendimento que, ao lado da General Motors, Agrale-Navistar e de tantas outras empresas gaúchas do ramo, nos consolida como 2º ou 3º pólo automotivo do Brasil;

Afinal, prejudica o futuro de nossos jovens, ao desperdiçar uma preciosa oportunidade – e dificultar outras tantas futuras – de alavancar a economia de nosso Estado, em padrões modernos e competitivos, única forma de ensejar à juventude gaúcha a realização, aqui na nossa terra, de suas legítimas ambições de crescimento e melhoria de vida.

Por isso, a Fiergs – mesmo que a oferta de auxílio da entidade não tenha sido aproveitada pelo governo no momento oportuno – registra que continuará exercendo a sua responsabilidade de agente do desenvolvimento gaúcho e permanecerá disponível, como sempre esteve, para ‘cooperar com o governo e a sociedade’ em todas as causas que interessem ao Rio Grande e ao Brasil.³³

Terminava, assim, uma batalha travada entre a FIERGS e o governo Olívio Dutra em torno do contrato estabelecido entre o governo gaúcho e a FORD. O governo Olívio não cedeu às pressões e conseguiu vencer a “queda de braço” que estabeleceu com diferentes setores da burguesia gaúcha. No entanto, pagaria um custo político muito alto, na medida em que, ao final do “episódio Ford”, já havia sido criado na sociedade gaúcha um consenso acerca da importância do estado participar ativamente na “guerra pela atração de grandes investimentos”.

Referências

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.
- CADONÁ, Marco André. *Burguesia industrial gaúcha e neoliberalismo: as entrelinhas do discurso – 1987-1993*. Porto Alegre: UFRGS, 1997. (Dissertação de Mestrado em Sociologia).
- CAREGNATO, Célia. *O estado e o empresariado: atuação política dos industriais da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS durante a Nova República (1985-1989)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- DINIZ, Eli. Empresariado e projeto neoliberal na América Latina: uma avaliação dos anos 80. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 34(3): 349-377, 1991.
- _____. *Empresariado, sindicatos e conflito distributivo no Brasil na Nova República*. Rio

³³ *Jornal do Comércio*, 10 de maio de 1999., p. 5.

- de Janeiro: IUPERJ, 1988. (Cadernos de Conjuntura, 15).
- _____. Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 20: 31-46, 1992.
- DINIZ, Eli. O empresariado e a nova conjuntura. In: TRINDADE, Héglio (org.). *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre: Sulina, 1982. p. 105-120.
- _____. *O empresariado e a Nova República: algumas considerações*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1986. (Cadernos de Conjuntura, 05).
- _____. *O empresariado e o momento político: entre a nostalgia do passado e o temor do futuro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1985. (Cadernos de Conjuntura, 01).
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. Elite industrial e estado: uma análise da ideologia do empresariado nacional nos anos 70. In: MARTINS, Carlos E. *Estado e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- _____. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.
- _____. *Empresários e constituinte: continuidades e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987. (Cadernos de Conjuntura, 11).
- DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Amanhã*, Porto Alegre, 1985-1993.
- _____. *A arquitetura do Rio Grande do Sul – garantindo o futuro*. Porto Alegre, 1998.
- _____. *A reindustrialização do Rio Grande do Sul: a gestão de Dagoberto Lima Godoy na FIERGS – 1993 – 1996 – 1999*. Porto Alegre, 1999. (vol. I e II).
- _____. *Estatuto da Entidade*. Porto Alegre, 1989.
- _____. *O Produto*. Porto Alegre, 1998-2002.
- _____. *Projeto FIERGS/Novo governo do RGS*. Porto Alegre, 1994.
- FIORI, José L. Os moedeiros falsos. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 03-jul.-1994, c. Mais, p. 6-7.
- GROS, Denise Barbosa. A atuação política do empresariado industrial gaúcho nos anos 80. In: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *O desempenho da economia gaúcha nos anos 80: um breve retrospecto*. Porto Alegre: FEE, 1990. p. 382-400. Tomo I.
- _____. *Burguesia industrial gaúcha e o Estado Nacional - 1964-1978*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1987.
- _____. *Empresariado e atuação política na Nova República: notas sobre as entidades liberais no Rio Grande do Sul*. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 17, n. 4, p. 113-

120, 1990.

- _____. *Empresários, estratégia política e revisão constitucional*. *Indicadores econômicos FEE: análise conjuntura*, v. 2, n. 1, p. 86-94, 1994.
- _____. Liberalismo, empresariado e ação política na Nova República. In: DINIZ, Eli (org.). *Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90*. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993. p. 134-153.
- _____. Os industriais gaúchos e a constituinte: uma reflexão acerca do "Movimento pela Liberdade Empresarial", *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 130-146, 1988.
- GUARESCHI, Pedrinho A. *Sociologia da prática social*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- JORNADA, Maria Isabel Herz da. Os industriais gaúchos e a política salarial: 'por quem os sinos dobram'. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 47-72, 1989.
- _____. *Empresariado industrial gaúcho e a política salarial: 1964-1980*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- JORNAL DO COMÉRCIO. Porto Alegre, 1998-2002.
- LAPIS, Naira Lima. A burguesia industrial gaúcha e sua relação com o capitalismo estrangeiro: os anos 1964/73. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 77-94, 1988.
- LARANGEIRA, Sônia (org.). *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- PORTELA FILHO, Petrônio. O ajustamento na América Latina: crítica ao modelo de Washington. *Lua Nova*, São Paulo, n. 32, p. 101-132, 1994.
- RIEGER, Leonilda T. *Participação política do industrial rio-grandense: atuação da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) no período 1970/1980*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1983.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Trad. de Mário Silvano Silva. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1988.

Recebido para publicação em 11/11/04

Aceito para publicação em 14/06/05